

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA ITAIPU BINACIONAL

PREGÃO ELETRÔNICO EF 0363/21

DISCORDÂNCIA DA EXIGÊNCIA DE MARCA E MODELO DO EDITAL PARA AQUISIÇÃO DE UM CONJUNTO DE TESTES DE RELÉS

INSTRONIC - INSTRUMENTOS DE TESTES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 48.873.608/0001-57, com sede na Avenida Lourenço Belloli, nº 1.370, Parque Industrial Vila Mazzei, CEP 06268-110, Osasco, S.P., por seu representante legal, ao final assinado, com fulcro na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2.002, no Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2.005, e no artigo 3º, “caput”, e seu § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93 (com redação dada pela Medida Provisória nº 495, de 19 de julho de 2010), vem, respeitosamente, à presença de Vossas Senhorias, apresentar

Dos fatos.

1. Determina o **2.8 INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS QUE REGULAM ESTE PREGÃO**

“2.8.1 As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.”

2. Com o devido respeito, INSTRONIC entende que a norma do item **1.1.1 Justificativa de Marca e Modelo**, choca-se com o disposto na norma **2.8.1**, pois restringe a disputa entre os licitantes em claro prejuízo para a ITAIPU BINACIONAL.

3. Dispões o mencionado item 1.1.1 do **Caderno de Bases e Condições**

1.1.1 Justificativa de Marca e Modelo:

É necessária aquisição na marca e modelo indicada, pois este instrumento será aplicado em serviços realizados por outro idêntico que se encontra em processo de encaminhamento à manutenção externa. Os técnicos usuários têm formação específica na utilização do referido equipamento (treinamento adquirido no ano de 2016, através da OC-4500037410, com custo de USD 6.453,60). Outro fator determinante é a salvaguarda dos resultados obtidos e o histórico de testes realizados, que podem ser afetados com a utilização de diferentes equipamentos.

Portanto, dadas as condições expostas, não é possível a aquisição/utilização de equipamentos de outras marcas ou modelos.

4. É indiscutível que a tecnologia evolui constante e rapidamente, sobretudo na área da informática. Baseado na data da aquisição do treinamento dos usuários, pressupõe-se que já se passaram mais de 5 (cinco) anos da aquisição do equipamento anterior que agora será substituído. Certamente, haverá equipamentos mais modernos, como é o caso do ofertado pela INSTRONIC, que trarão vantagens à ITAIPU BINACIONAL em qualidade e preço.

5. Quanto ao treinamento dos usuários, ele não pode ser usado como argumento para justificar a imposição de marca e modelo. Os usuários devem ser, com certeza, profissionais na sua área e atividade e logo estarão ambientados com o equipamento/marca que vencer a licitação.

6. A vedação da participação de outras empresas com equipamento/marca diferente fere o princípio da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a administração licitante.

7. Por cautela, impõe-se o respeito a esses princípios com a permissão da disputa e subsequente escolha do equipamento que demonstrar mais vantagens na licitação.

8. Com isso, será atendida a norma do artigo 3º da ainda vigente Lei 8666/93

“A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos”.

É também o que determina o artigo 31, da Lei 13.303/2016, que assim dispõe, “*verbis*”:

“Art. 31. As licitações realizadas e os contratos celebrados por empresas públicas e sociedades de economia mista destinam-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento, devendo observar os princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo.”

9.

Nesse sentido, também leciona o Professor Doutor Marçal Justen Filho¹:

“A incidência do princípio da isonomia sobre a licitação desdobra-se em dois momentos. Em uma primeira fase, são fixados os critérios de diferenciação que a Administração adotará para escolher o contratante. Em uma segunda fase, a Administração verificará quem, concretamente, preenche mais satisfatoriamente as diferenças. Nesses dois momentos, incide o princípio da isonomia.

As diferenciações constantes do ato convocatório devem atentar para os limites acima indicados. Será inválida a discriminação contida no ato convocatório se não se ajustar ao princípio da isonomia. Será esse o caso quando a discriminação for incompatível com os fins e valores consagrados no ordenamento, por exemplo. O ato convocatório somente pode conter discriminações que se refiram à “proposta vantajosa”. Quando define o ‘objeto da licitação’, estabelece, concomitantemente os limites para qualquer discriminação. Assim, o ato convocatório viola o princípio da isonomia quando:
a) estabelece discriminação desvinculada do objeto da licitação; b) prevê exigência desnecessária e que não envolve vantagem para a Administração;
c) impõe requisitos desproporcionados com necessidades de futura contratação; d) adota discriminação ofensiva de valores constitucionais ou legais.” (sem grifos no original)

6.

Diz mais o citado Professor Doutor Marçal Justen Filho² a esse respeito:

“O edital também pode ser viciado por defeitos na disciplina adotada. Isso se verificará quando inexistir vínculo entre as exigências ou as opções contidas no edital e o interesse público concretamente identificável na hipótese. Isso se passa, fundamentalmente, nos casos de:

¹In Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 8ª Ed., Editora Dialética, São Paulo, 2001, pág. 60.

²Idem, pág. 416.

a) exigência incompatível com o sistema jurídico;

b) desnecessidade de exigência;

c) inadequação da opção exercitada no ato convocatório relativamente ao objeto da licitação.

O edital deverá subordinar-se aos preceitos constitucionais e legais. Não poderá conter proibições ou exigências que eliminem o exercício do direito de licitar, importem distinções indevidas ou acarretem preferências arbitrárias. Toda exigência formal ou material prevista no edital tem função instrumental. Nenhuma exigência se justifica por si própria. O requisito previsto no edital se identifica como instrumento de assegurar (ou reduzir o risco de não se obter) o interesse público. Assim, o interesse público concreto a que se orienta a licitação se identifica como o 'fim' a ser atingido. Todas as exigências se caracterizam como 'meios' de conseguir aquele fim. Logo, a inexistência de vínculo lógico entre a exigência e o fim acarreta a invalidade daquela. Somente se admite a previsão de exigência se ela for qualificável, em um juízo lógico, como necessária à consecução do 'fim'." (sem grifos no original).

Conclusão.

10. Assim, a **Instronic**-Impugnante protesta, mui respeitosamente, pela retificação dos requisitos técnicos ensejadores de preferência ou direcionamento ao equipamento CMC 356 ENHANCED PACKAGE, da empresa OMICRON, a fim de evitar eventual arguição de nulidade do certame, bem como, visando à garantia do escopo maior da licitação, que é a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Termos em que,

Pede deferimento.

Osasco, 20 de abril de 2021.



Mauricio José Esper Peres
Diretor Técnico

INSTRONIC - INSTRUMENTOS DE TESTES LTDA.